

Ecoturismo e Ambientalismo: explorando relações

Ecotourism and Environmentalism: exploring the relationships

Heloise Turini Bruhns¹

RESUMO: Este artigo, dentro de seus limites, tenta explorar as características dos grupos que praticam viagens à natureza e das relações estabelecidas com essa natureza, nas quais estão presentes crenças e valores que constituem os “novos aventureiros”, com manifestações peculiares de companheirismo e amizade. O trabalho foi baseado nos dados obtidos por uma pesquisa realizada entre 2001 e 2003, por meio da qual alguns pontos se destacaram, como a presença dos valores femininos, o envolvimento com a tecnologia, a questão do apinhamento, a construção da subjetividade e das representações sobre a natureza.

PALAVRAS-CHAVE: lazer; natureza; subjetividade.

ABSTRACT: This article, within its limits, intends to explore the characteristics of groups which practice activities in nature, as well as the relations between these groups and nature, where values and faith are present, building the “new adventurers” who demonstrate specific manifestations of relationship and friendship. It was based in a research done between 2001 and 2003 where some points stood out like the feminism values, the involvement with the technology, the construction of subjectivity as well as the representations about nature.

KEYWORDS: leisure; nature; subjectivity.

1. Professora titular do Departamento de Estudos do Lazer – UNICAMP; pesquisadora CNPq. Contato: Caixa Postal 6542 – 13084-970 – Campinas-SP; E-mail: luabola@uol.com.br.

Introdução

Frente às novas possibilidades de vivenciar o meio natural, e por meio de uma proposta grupal em que os adeptos apresentam algumas características peculiares, o propósito aqui é explorar um pouco essas características e as relações estabelecidas com essa natureza, onde as pequenas aventuras ocorrem e múltiplos olhares podem surgir. Assim, a questão requer uma abordagem aberta e flexível na tentativa de buscar uma compreensão desses novos movimentos, os quais estabelecem uma coexistência entre os meios urbano e rural, levando e trazendo comportamentos expressos nas diversas formas de vestimenta, linguagens e estilos de vida, revelando valores e crenças, além de indicar novas formas de relação homem/natureza e entre os próprios homens.

Como uma navegação entre águas turbulentas, tento me aventurar nessa temática que tem despertado a atenção através de vários enfoques e perspectivas, alertando sobre sua importância para o entendimento do momento histórico atual e apontando para a necessidade de aprendermos a viver com incertezas e fragilidades na construção do conhecimento. Nessa direção, há uma tentativa de evitar a restringência em leituras acabadas e definidas da realidade, bem como os esquematismos construídos por meio de relações mecânicas que se esquivam da busca pela complexidade.

Esse artigo representa uma parte da pesquisa “Esporte e natureza: a caminhada enquanto experiência sensível” (2001-2003), que recebeu subsídios do CNPQ para a sua realização. A pesquisa recebeu um tratamento qualitativo na organização dos dados e seguiu a linha da observação participante, havendo inserção no grupo pesquisado, realização de viagens, participação em reuniões e cumprimento de um roteiro de contatos indicados pelos sujeitos da pesquisa com agentes de viagens, grupos organizados e coordenadores das atividades.

Buscou-se uma adaptação aos grupos de acordo com a execução do calendário de viagens, disponibilidades para entrevistas, convites recebidos, etc.

Algumas fases foram estabelecidas para a realização da pesquisa. Primeiro, a montagem institucional com a explicitação do objeto e a definição do quadro teórico (conceitos, objetivos e outros). A segunda fase constituiu-se numa seleção gradativa dos sujeitos e grupos previamente selecionados, em que havia um perfil a ser buscado, relacionado com os adeptos da modalidade eleita. A terceira fase centrou-se na identificação dos grupos e suas características, buscando a compreensão de sua lógica interna, contradições e conflitos, bem como a detecção dos problemas intrínsecos.

O tema foi explorado a partir dos elementos surgidos nos grupos pesquisados por meio de observação e entrevistas, num diálogo estabelecido com a biblio-

grafia selecionada. Foi considerada a realidade social dos envolvidos, a qual possui um significado específico e uma estrutura de relevância para os mesmos, sendo suas falas analisadas a partir do lugar social que ocupam nessa realidade. As relações de pensamento construídas na pesquisa buscaram compreender essa realidade social, e se basearam nas relações de pensamento construídas pelo senso comum dos sujeitos e de seu cotidiano vivido dentro de sua realidade sociocultural. Então, o conhecimento construído aqui representou o resultado de um “saber negociado”, no qual há uma confrontação constante entre pesquisador e pesquisado. Nesse quadro, como coloca Cicourel (1975: 110), o pesquisador “precisa distinguir as racionalidades científicas que usa para ordenar sua teoria e seus resultados das racionalidades do senso comum, que atribui aos atores estudados”, uma vez que esses dois conjuntos de constructos (científico e senso comum) devem ser considerados pelo pesquisador.

Ao expor temas como constituição dos novos aventureiros, relações de amizade e relações com a natureza, busco uma síntese percorrendo uma trilha repleta de obstáculos a ser superados, seguindo pistas e indicações deixadas pelos próprios sujeitos, e evitando me perder no meio de tantos atalhos.

Tecendo os novos aventureiros

Motivos diversos impulsionam a demanda por viagens à natureza (exploração de trilhas, exploração de cavernas e outros), inclusive a imagem contestadora frente aos luxos promovidos pelo mercado ou a imagem aventureira. Talvez, ainda, uma insatisfação com as supostas garantias oferecidas pelo viés positivista do mundo estabelecido. O errante parte para uma série de experiências – relativamente perigosas, sempre trágicas, não cômodas, não convencionais – na expectativa de reviver uma plenitude perdida. Esses elementos contribuem para a formação de um perfil daqueles que aderem a essa prática.

Assim, podemos identificar na observação da fala de uma praticante, alguns elementos para a discussão aqui desenvolvida: *“As pessoas que buscam o ecoturismo são mais tranquilas, os valores são diferentes. Nos grupos de turismo convencional as pessoas são mais agitadas, mais estressadas. Uma amiga me perguntou: Você não faz viagem normal?”* (R., dentista, 35 anos).

A partir dos anos 1960/70, expressivos para o movimento ambientalista, muitos fatores contribuíram para o desenvolvimento dessas propostas de trilhas na natureza, tanto relativos à acessibilidade como à mídia e ao acesso a informações, dentre outros. A associação com a tecnologia promoveu o surgi-

mento das mais variadas atividades, como *rafting*, *canyoning* e arborismo, dentre outras².

A Internet tem se mostrado fundamental nesse processo, desde a divulgação da proposta até as facilidades para formação de grupos, as informações sobre lugares e outros. Assim, concordo com Maffesoli (2001) sobre a tecnologia ter contribuído para a promoção dos errantes contemporâneos³, permitindo aos mesmos tanto um transporte para todos os cantos do mundo – seja virtual ou não – como, ao contrário, encontrar qualquer canto do mundo próximo ao local de moradia, seja numa loja de artigos para montanhismo no shopping, num restaurante chinês, num cinema latino ou num templo budista.

Nesse processo, as grandes aventuras na mata abriram suas portas para os simples mortais, os quais podem se embrenhar na mesma realizando grandes ou pequenas travessias, panorama oferecido com a contribuição das novas tecnologias que abriram acessos através de estradas, transportes, meios de comunicação e equipamentos.

Nesse aspecto, ainda com o autor, observamos uma “astúcia do imaginário”, ou seja, um paradoxo servindo-se do desenvolvimento tecnológico para transpor fronteiras, transgredir a moral estabelecida, percorrer o mundo no sentido de experimentar múltiplas potencialidades.

No livro de Breashers (2001) sobre sua filmagem no Everest em 1996, ele recorda o ano de 1983, quando, a partir daí, o cenário do Everest sofreu mudanças drásticas, passando de um local pouquíssimo visitado para se tornar quase uma aldeia (embora temporária) incrustada entre pedras e gelo. O acampamento-base transformou-se em destino cobiçado para viagens exóticas, e o turista – anteriormente uma raridade – tornou-se uma visão comum.

Outro ponto que merece destaque refere-se à grande presença feminina nesses programas, evidenciada tanto pelos adeptos quanto pelos promotores.

Em artigo anterior⁴ explorei a presença dos valores femininos nessas novas práticas, posicionando-os na discussão sobre o movimento ambientalista que, por sua vez, sofreu a influência desses valores, entre os quais o pacifismo também está incluído.

Tomando as considerações de Maffesoli (2001), o “produtivismo” da modernidade não concretizou as promessas efetuadas, e se fundamentou num mo-

delo de sociedade patriarcal. O homem subjugou a natureza por meio de um comportamento conquistador e controlador, explorando-a de acordo com interesses específicos. Privilegiou-se uma dimensão racional cujos desdobramentos ressoaram no desenvolvimento científico e tecnológico.

Manifestação diversa ocorreria numa sociedade matriarcal que, segundo o autor, estaria mais atenta às forças telúricas, ao vitalismo ou, resumindo, apresentaria maiores possibilidades de desenvolver uma relação de parceria com a natureza. Ciente do esquematismo dessa análise – porém não se importando com isso –, Maffesoli declara ser ela importante para ressaltar a presença contemporânea de uma sensibilidade ecológica permeada por valores femininos. Sensibilidade conectada ao que a existência humana tem de enraizada, de sensível, de corporal. Na sociedade matriarcal o realce é colocado na dimensão emocional e afetiva da estruturação social. A partir dessa declaração, o autor estabelece uma relação entre o matriarcado e o nomadismo (manifestado aqui através das “aventuras errantes”):

Da revolta dionisíaca das mulheres de Tebas ao que se pode chamar de feminização do mundo pós-moderno, passando pelos diversos fenômenos corporais e espirituais da *New Age* (Nova Era) contemporânea, pode-se reconhecer o vitalismo irrepreensível de um poderoso nomadismo que dá ênfase ao aspecto instituidor das coisas (Maffesoli, 2001: 63).

Prosseguindo na busca das especificidades que constroem os novos aventureiros, vamos introduzir o desejo manifestado durante a pesquisa por locais sem grande presença humana. Geralmente, os praticantes das atividades na natureza reclamam bastante quando chegam a alguma cachoeira, praia ou rio e encontram outros grupos no local. Muitos evitam os feriados devido ao grande fluxo de pessoas, e quando isso se torna inevitável, buscam alguma cachoeira de mais difícil acesso, onde poucos se aventuram a chegar, com trilhas constituídas por muitos obstáculos (abismo, rochas, rios) a serem transpostos no caminho.

Podemos refletir sobre a questão do apinhamento nos valendo das considerações tecidas por Tuan (1983), para quem a noção de espacialidade está intimamente associada à sensação de estar livre. Liberdade implica espaço para se poder atuar. A relação do meio ambiente com o sentimento é um consenso, tornando-se difícil formular regras gerais. Dois fatores estão presentes nessa relação. Primeiro, o contraste estabelecido com o sentimento de espacialidade: uma casa aparenta ser compacta quando comparada a um vale e, de seu interior, o vale revela-se amplo e indefinido. Segundo, a influência da cultura e da experiência na interpretação do meio ambiente. O autor mostra como, para os norte-americanos, as pradarias abertas do Oeste passaram a significar oportunidade e liberdade, en-

2. Embora seja um público proveniente da classe média, em sua maioria, podem ser encontrados adeptos de outras camadas da população, sendo que o uso das instalações e equipamentos (barracas, hotéis de luxo) não apresenta uma relação direta com a situação de classe do praticante.

3. Esse tema também já foi por mim desenvolvido no artigo “Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação”.

4. Artigo “No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções”.

quanto para os camponeses russos conotava mais desespero do que oportunidade, mais inibição do que encorajamento à ação.

O nível de aspiração filtrado pela cultura afeta a noção de espaço adequado. O espaço é uma necessidade biológica para todos os seres vivos, mas para o ser humano é também uma necessidade psicológica, um requisito social, e mesmo um atributo espiritual.

Embora a solidão seja uma condição para adquirirmos a sensação de imensidão, muitas vezes o medo do espaço associa-se ao medo da solidão, explica Tuan (1983). De outra forma, a companhia de outros sujeitos, mesmo de uma única pessoa, pode produzir uma diminuição do espaço e ameaçar a liberdade. A ocupação do espaço conduz a um ponto de saturação no qual a sensação de espaciosidade transforma-se no seu oposto, ou seja, de apinhamento. Basicamente, nos sentimos apinhados pelas pessoas, e elas, mais do que os objetos, podem restringir nossa liberdade e nos privar de espaço, pois apinhamento implica se sentir observado.

Uma multidão pode ser divertida, mas o desejo de nela participar, o lugar onde se concentra, bem como a ocasião em que se forma sofrerão divergências sociais. Por exemplo: a multidão da praia, longe de ser incômoda, pode ser uma atração para muitas pessoas.

Somos seres sociais e gostamos da companhia e da proximidade física dos outros. Mas a tolerância ou o bem-estar relativos a essa proximidade, a duração e as condições dessa relação variarão de acordo com a cultura e com os elementos subjetivos. Tuan (1983) cita o caso dos bosquíamos Kung, no deserto de Calaari, os quais vivem em apinhamento. Seu espaço é organizado para garantir o máximo de contato; as cabanas são construídas muito próximas e as pessoas não precisam se levantar para trocar coisas entre si. Isso ocorre não porque falte espaço no deserto, mas porque gostam de viver em proximidade, não demonstrando sintomas de *stress* biológico.

Quando nossos desejos são conciliados, o mundo nos parece espaçoso e amistoso; o contrário ocorre quando eles são frustrados, e em que medida essa desarmonia nos afeta.

No caso dos personagens aqui abordados, embora não ocorra um desejo por isolamento no espaço da cachoeira, uma vez que estão em grupo, evita-se estar num espaço saturado, o que comprometeria o reconhecimento do grupo no qual se sentem amparados. O pertencimento de grupo nessas pequenas aventuras torna-se importante na medida em que estimula a ação e exerce um papel de proteção e de segurança, como, por exemplo, no momento de entrar na cachoeira, de saltar de um penhasco para cair na água ou enfrentar a escuridão de uma caverna. Provavelmente, tais ações não ocorreriam sem o amparo do grupo. O

apinhamento pode representar uma ameaça à coesão grupal ou a quebra nesse sentimento de amparo, em virtude da grande presença de pessoas alheias.

Há uma fusão comunitária nesses grupos, expressa por liberdades errantes e intersticiais, sem afirmação ideológica mas empiricamente vividas, traduzindo a necessidade de aventura, o prazer dos encontros efêmeros, o desejo do outro lugar. Esse ideal é manifesto nos sinais de reconhecimento (mochilas, tênis, bonés, cantis, linguagens), o que dificulta uma interpretação em termos de finalidade, de sentido da história ou de outras categorias econômicas e políticas costumeiramente utilizadas na interpretação dos vínculos sociais.

Esse fato nos alerta para a necessidade de uma compreensão da sociedade não apenas como um sistema mecânico de relações econômicas, políticas ou sociais, mas, recorrendo a Maffesoli (1996: 73), como “um conjunto de relações interativas, feito de afetos, emoções, sensações que constituem, *stricto sensu*, o corpo social. Um conjunto encarnado de certo modo, repousando sobre um movimento irrepresível de atrações e repulsões”.

Sobre companhias e amizades

A amizade é um tema destacado tanto por participantes como por organizadores. Devo mencionar o fato de a maioria desses grupos se reunir após a viagem para trocar fotos, e isso geralmente ocorrer num restaurante ou bar. Os grupos formados a partir das viagens costumam organizar eventos como churrascos, encontros em bares, etc.

Sobre as características dos praticantes, um organizador dessas atividades na natureza teceu comentários pertinentes: “*É um público que difere do convencional, porque está aberto a fazer novas amizades; não vai em grupinho. Mesmo quando viaja com grupo, com o grupo dele, está mais aberto a amizades. O convencional vai em grupinhos e fica fechado*” (P. T., agente de ecoturismo).

Na descrição dos objetivos propostos para as explorações de cavernas no Petar (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - SP), Faria e Garcia (2003: 123) evidenciam a questão dos relacionamentos: “propiciar uma vivência com situações que envolvem medo, insegurança e limitação com relação à natureza e, como decorrência, trabalhar relacionamentos humanos como companheirismo, colaboração entre pessoas, importância do outro e afeição”. Esses autores exemplificam essa relação por meio de um exercício realizado dentro da caverna, onde as pessoas devem se locomover no escuro, num local plano, próximas às paredes. A impossibilidade da visão impõe grande dificuldade de locomoção e os laços de solidariedade são postos à prova de forma intensa, exigindo auxílio mútuo entre os participantes, que devem se dar as mãos para facilitar o percurso.

Considerando que na prática dos esportes modernos tradicionais (futebol, vôlei, basquete, etc.) o toque no outro geralmente sofre penalidades ou advertências, nota-se aqui uma diferença, pois o toque não somente se torna necessário como também exigido, em situações de ajuda e solidariedade.

O toque (ou a experiência tátil envolvendo sujeitos) não traduz um comportamento comum em nossa sociedade. É evitado. Para isso, alguns procedimentos ocorrem.

O distanciamento social vertical (posições superiores e inferiores, dominantes e dominados, ascensão social, etc.) sempre mereceu atenção mais apurada da pesquisa social quando comparado ao distanciamento social horizontal. Rodrigues (1986) discute como as relações sociais envolvem uma dialética de aproximação e afastamento, com atitudes opostas coexistindo numa mesma relação. Assim, espaços favoráveis à aproximação das pessoas devem, ao torná-las próximas, indicar o grau de distância necessário a ser mantido. Pessoas não íntimas, quando se encontram inevitavelmente próximas num mesmo espaço, tendem a desenvolver um assunto neutro e público, referindo-se, por exemplo, ao clima (“hoje está frio, não?”) ou apelando a artifícios como o desvio do olhar ou o silêncio.

A noção de pertencimento envolve movimentos de aproximação e distanciamento em que o reconhecimento é estabelecido e o conflito pode se instalar como conseqüência da própria intimidade, como veremos adiante.

Nas viagens, o contato com a natureza associado ao sentimento de pertencimento implica uma resistência a uma vida abstrata ou essencialmente intelectual. Nem sempre os praticantes dessas atividades viajam acompanhados, apostando numa integração em curto período de tempo calcada na identidade grupal. Geralmente de curta duração, mas nem por isso menos sólido, o grupo assim formado ultrapassa a idéia de indivíduos isolados. Embora seja um grupo circunstancial (dificultando a compreensão de sua importância na estruturação social), uma intensidade de sentimentos e emoções está presente e será compartilhada ao longo das atividades.

Esses grupos demonstram um escapismo lúdico concretizado num espaço menos opressivo quando comparado ao cotidiano, identificado por uma flexibilidade de pensamentos, de atitudes e costumes em que o controle social é diluído e o controle do tempo mais afrouxado. Surge a possibilidade de um potencial libertário permitindo o encontro do outro, ocorrendo uma construção intersubjetiva da realidade (a qual comporta boa dose de irrealidade, segundo Maffesoli: 2001). O aspecto imaterial da viagem associada a essas práticas envolve potencialidades afetivas tecendo laços, estabelecendo contatos e fazendo circular a cultura entre os sujeitos. Enfim, estruturando a vida social.

Se num momento histórico precedente a amizade estava condicionada a vínculos institucionais (família, escola, igreja, clubes)⁵, atualmente se percebe um agrupamento por interesses e identificações atreladas a valores e concepções de vida. Tanto é frágil o laço ligando às instituições racionais e longínquas como é forte o sentimento da necessidade de pertencer e participar de um grupo no qual há um reconhecimento e construção de uma imagem. Ainda com Maffesoli (2001: 140), a palavra de ordem parece ser “guardar distância”; “distância do que domina do alto e aliança em relação ao que está próximo”.

A predominância da territorialidade individual (identidade) ou social (instituição) havia privado o homem da aventura. Agora, porém, cede lugar ao traçado de novos caminhos. Caminhos contrários aos das certezas identitárias ou das seguranças institucionais, alimentando iniciativas aventureiras por uma busca ainda com contornos indeterminados. Identidades em movimento, frágeis, múltiplas e contraditórias constituídas no fundamento sólido da existência individual e social.

Nessa aclamada crise do sujeito detecta-se certa errância, restabelecendo um sentido de aventura que é eliminado quando supostas certezas são engendradas num quadro social composto por um falso sentido de segurança. Esse sentido de aventura chegou a se concretizar na condição do homem sem nobreza, no errante não domesticável.

Para melhor aprofundar esse tema, vou me valer dos estudos de Laermans (1992), que se baseia na teoria da modernidade reflexiva desenvolvida por Lasch, Giddens e Beck (1997). O autor discute como o sistema de coordenadas no qual a vida e o pensamento estavam embebidos (família atrelada às representações de gênero, classe trabalhista, a crença na ciência e no progresso) antes da segunda metade do século XX, sofreu um colapso e foi substituído por novas e ambivalentes situações de riscos e oportunidades.

Num momento anterior, as representações de classe e gênero pré-programavam consciências individuais (como mulheres podiam e deveriam comportar-se durante o lazer e o que os trabalhadores tinham de consumir). Essas representações sociais eram largamente institucionalizadas (“ser um pequeno burguês”, “ser um trabalhador”, “ser um homem”, “ser uma mulher”) e sua firme âncora no cotidiano criou novas tradições (equivalentes modernos dos grupos de status tradicionais) a partir da segunda metade do século XIX.

5. Principalmente a partir da década de 1960, quando ocorreram os movimentos ativistas críticos que contribuíram e desembocaram em crises deflagradas no âmbito das instituições (família, ensino, Igreja, dentre outras), assim como contestaram instrumentos socioculturais e político-econômicos de organização das sociedades, questionando teorias e práticas em torno da luta pelo poder instituído.

A realidade social e material era interpretada de acordo com as divisões das noções de classe e gênero, as quais igualmente determinavam a postura do sujeito frente a essas realidades. A identidade pessoal estava embebida numa forte identidade social e a consciência individual estava intimamente ligada a uma forma específica de consciência coletiva moderna, especialmente consciência de classe e gênero.

No momento atual da cultura urbana da sociedade industrial, principalmente para os jovens, a realidade é percebida e vivida como um campo de incontáveis possibilidades e oportunidades. O termo “individualização” vem à tona e é absorvido negativamente por alguns segmentos por delatar o enfraquecimento das duas principais formas de consciência coletiva (classe e gênero), as quais perdem significado cultural como recursos identitários. Por outro lado, é expresso positivamente pelas pessoas da nova geração, pois reflete um cenário com mais opções de práticas de consumo, relacionamentos sociais, atividades de lazer e outras, ao passo que, anteriormente, essas práticas eram limitadas e realizadas somente por homens ou mulheres, ou restritas às classes trabalhadoras.

As decisões concernentes à educação, trabalho, casamento e número de filhos devem ser tomadas pelo próprio indivíduo, cada um aprendendo a se olhar como centro da ação, o que não significa desaparecimento das imagens tradicionais do eu.

Individualização, aqui, significa o aparecimento de diferentes relacionamentos entre indivíduos e seus meios socioculturais; o que antes estava formalmente evidenciado torna-se matéria de reflexão e decisões deliberadas. O conceito de individualização sugere que biografias e identidades pessoais tornam-se mais reflexivamente organizadas. Seres humanos individualizados podem, conscientemente, se posicionar pró ou contra o egoísmo, a solidariedade ou outros valores de vida.

Nesse processo as opções não ocorrem ao acaso, pois sofrem influências de fatores materiais como renda, raça, educação ou gênero. Existem importantes diferenças empíricas nos graus de individualização entre altos e baixos estratos socioeconômicos: as primeiras são mais individualizadas quando comparadas às últimas. Porém, como argumenta Laermans (1992), alguém pode atuar como “um típico trabalhador de fábrica”, mas não se sentir ou identificar-se como tal.

Além de representar a possibilidade de fazer muitas coisas ou simplesmente de não fazer nada, o lazer, nessa perspectiva, adquire significados simbólicos e emocionais, constituindo-se na possibilidade da construção de uma identidade por meio das escolhas sobre o que fazer, nas quais os fatores subjetivos (interesses culturais e aspirações) têm prevalecido sobre os objetivos (escola, universidade, família), sem se desprezar aqui a influência dos fatores materiais, como renda e outros.

Assim, pode ser formulada a seguinte questão: Em que pessoa eu me torno optando por determinada prática ou por pertencer a determinado grupo? Aumentam os medos individuais, as ansiedades e as incertezas por eu não saber o que realmente quero ou quem realmente sou. Este processo é intensificado pelo crescimento renovado da produção de bens e imagens na sociedade contemporânea.

Laermans (1992) indaga como o discurso sobre um tempo suposto de liberdade individual pode se sustentar num quadro social em que a necessidade psicológica de construção ou reconstrução de uma auto-imagem pessoal requer a necessidade de uma confirmação social dessa mesma identidade, podendo envolver um sentido de obrigatoriedade e cobrança. Você não somente pode, mas deve manifestar certos comportamentos, idéias e pensamentos para ser aceito em grupos de interesses específicos ou até mesmo em situações de intimidade.

Assim, os sujeitos que compõem os grupos de atividades na natureza não estão isentos dessa cobrança e obrigatoriedade em relação a determinadas posturas. Para serem aceitos e reconhecidos, devem demonstrar (às vezes forçosamente) comportamentos indiretamente exigidos de tolerância frente a desorganizações, desconfortos, imprevistos advindos de um mau planejamento, incompatibilidades, bem como exibir quase sempre atitudes fraternas (“ecologicamente amigável”) de aceitação em relação aos outros membros do grupo.

No quadro da modernidade reflexiva, da perda da âncora institucional, do sujeito desgarrado, o valor atribuído à amizade tende a aumentar. O tema está recebendo um tratamento acadêmico, numa revalorização do olhar sobre o mesmo. Como coloca Ortega (2000), a amizade seria a experimentação de novas formas de sociabilidade frente a uma sociedade que pretende limitar e prescrever as formas de relacionamento, constituindo-se num “exercício do político”, ou seja, um processo de transformação e invenção dos indivíduos implicados.

Sobre homens e natureza

Uma divisão do conceito de natureza, surgida a partir das novas configurações e significados dos espaços naturais, irá provocar um conflito entre praticantes e ambientalistas, de um lado, e exploradores de recursos naturais, do outro, como expõe Faria (2002: 7):

de um lado uma visão da natureza como fonte de recursos a serem utilizados pelos agentes sociais hegemônicos em larga escala, e sem limites, para a promoção do desenvolvimento econômico. De outro lado, como natureza ‘natural, equilibrada e harmônica’ em oposição às sociedades, que deve permanecer intocada.

Embora não excludentes, essas representações associadas a outras (como as místico-religiosas) conduzem a relações particulares com a natureza, movimentando os sujeitos e levando-os a inventar novas formas de sociedade. Assim, torna-se importante o sistema de representações presente nas relações dos homens com o seu meio, pois é a partir dele que os indivíduos agirão sobre o ambiente em que vivem.

É possível verificar essas relações no nosso país, onde modos de vida local foram desorganizados como consequência dos desequilíbrios provenientes da especulação imobiliária e da expulsão dos moradores tradicionais, dentre outros fatores. Após 1984, marco da reabertura política, surgem algumas resistências em face das tentativas de expulsão das populações locais de seus territórios. Diegues (1996: 136) aponta como causas dessa reação:

a reorganização da sociedade civil brasileira, por meio de um grande número de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo, de organizações não-governamentais e um conjunto de alianças que incluem também parte do movimento ecológico tanto nacional quanto internacional.

O autor cita como exemplo os pescadores do rio Cuiabá (próximo de Santo Antônio do Leverger), que sempre pescaram com canoas a remo e linhas de mão em locais profundos do rio, jogando milho ou outros alimentos atraentes para os peixes (processo conhecido como “cevar”, na linguagem local). Surgiram, então, pescadores do sul, que utilizavam lanchas motorizadas e não “ceavam” o rio, depredando os recursos naturais. Os pescadores locais organizaram-se e impediram a entrada dos “sulistas” caso não utilizassem a técnica local, que exigia grande habilidade dos visitantes e dispensava a utilização de âncoras: com uma mão manejavam o remo e com a outra soltavam a linha. Posteriormente, o local foi reconhecido pelo IBAMA como de uso exclusivo dos pescadores, conferindo-lhe o caráter de área de conservação dos recursos naturais.

Outro exemplo, agora focando um projeto não tão bem-sucedido, refere-se ao caso da criação da Estação da Juréia-Itatins (litoral sul de São Paulo), local utilizado pelo ecoturismo. Apesar de essa criação ter resultado em benefícios importantes, como o afastamento da especulação imobiliária, a ausência de uma política definida de apoio por parte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – responsável pela área quanto às atividades econômicas e a alternativas da subsistência da população caiçara – provocou o êxodo de parte dessa população. Discutindo esse caso, Diegues (1996: 141) revela como a falta de manutenção da escassa infra-estrutura social existente na área (estrada, escola, posto de saúde) “também tem motivado a migração para regiões urbanas, onde os caiçaras se tornam subempregados e favelados. Ademais, a miséria crescente faz com que parte dessa população se engaje em atividades predatórias dos recursos naturais, antes desconhecidas e não praticadas”.

Na tentativa de conservação de algumas áreas naturais, as mesmas foram isoladas, e nesse isolamento pode ser identificada uma noção mítica de natureza. Diegues (1996) desenvolve um debate sobre essa temática, que denomina de “mito da natureza intocada”, no qual há elementos que nos reportam ao ideal do paraíso perdido, da beleza primitiva da natureza, anterior à intervenção humana. Esse ideal reelaborou não somente crenças antigas, mas incorporou elementos da ciência moderna, como a noção de biodiversidade, de funções dos ecossistemas e de capacidade de carga.

Esse mito, assim com outros presentes na contemporaneidade, vem responder a uma necessidade social, pois revela crenças e desejos além de uma realidade contraditória impossível de ser expressa em conceitos. A proteção da natureza surge como necessidade imperiosa para a salvação da própria humanidade, numa tentativa de “salvar as sobras” do mundo selvagem devastado, em certos casos, de forma irreversível. Veio beneficiar especialmente as populações urbanas (para as quais o mito é mais persistente em razão da perda de contato com o meio rural), valorizando, principalmente, as motivações estéticas, religiosas e culturais dos sujeitos, não considerando a natureza um valor em si, digna de ser protegida.

Nessa direção, o autor revela como o denominado ecoturismo e as atividades na natureza estão imbuídos desse mito, e como áreas protegidas (“intocadas”) – caso da citada Estação da Juréia – favorecem as populações urbanas visitantes para a realização dessas “aventuras” sem representar garantia de retorno e de melhorias para a população nativa. No entanto, é justamente a população local, geralmente iletrada, isolada geograficamente e sem poder político, os efetivos “responsáveis pela conservação do chamado ‘mundo natural’”. Isso é mais grave quando se sabe que a permanência dessa população tradicional em seus *hábitats* pode levar, de forma mais adequada, à conservação da biodiversidade” (Diegues, 1996: 68).

Nota-se um saber local presente nessas populações sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira e na pesca, os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições de determinadas práticas em certas áreas ou períodos do ano. Isso tudo com vistas à conservação das espécies.

É importante salientar que um modelo conservacionista que despreze a presença humana e a cultura como elementos fundamentais para a preservação alimenta distorções e desequilíbrios que podem ser notados quando percorremos uma trilha na mata.

A título de ilustração, lembro o relato de Bryson (1999) sobre a Trilha dos Apalaches, onde, segundo o autor, manifesta-se uma fobia pelo contato humano e onde os grupos que percorrem a trilha atravessam um “corredor protegido”, ou seja, sem contato com aldeias ou fazendas, espelhando uma situação criada pelo impul-

so histórico de domesticar e explorar a natureza. Comparando esse caminho com as trilhas que havia percorrido em Luxemburgo, na Europa, Bryson relata como estas últimas cortavam muitos bosques, mas desembocavam, com poucos intervalos, em estradinhas ensolaradas e porteiras, atravessando campos de fazenda e aldeias. Assim, podia-se parar numa padaria ou no correio, ouvir o sino da porta de lojas e as conversas dos moradores. À noite era possível dormir numa pousada e comer em algum restaurante na companhia de outras pessoas. As trilhas permitiam que se conhecesse Luxemburgo de forma integrada, e não apenas suas árvores.

A comparação com os Estados Unidos leva Bryson a afirmar que, nesse país, a beleza tornou-se algo para onde se vai de carro e, em relação à natureza, ou você encontra propostas de subjugação impiedosa ou de deificação, como se fosse algo sagrado e remoto, quase um epifenômeno, o que reflete a situação percebida na Trilha dos Apalaches. Concluindo sua análise sobre a necessidade da coexistência homem e natureza, apresenta o exemplo da ponte, que pode tanto realçar a grandiosidade de um rio como a graciosidade de um riacho, e estabelece um paralelo com a trilha, que pode ser mais interessante e recompensadora se integrada à cultura local, promovendo a aproximação harmônica da presença humana com o ambiente, através de plantações, animais, pastagens, moradias e outros.

Encerrando no vazio

Considerando o aspecto imaterial da viagem, bem como dessas experiências, concludo com Maffesoli (2001: 23) sobre a existência de um paradoxo contemporâneo. Frente ao denominado processo de globalização, frente a uma sociedade que vem se afirmando perfeita e plena, frente à presença de um desenvolvimento tecnológico e de uma ideologia econômica que tenta direcionar a vida, testemunhamos a necessidade do “vazio”, da perda pelo que não pode ser contabilizado, pela necessidade do imaterial, enfim. Estando atentos “ao preço das coisas sem preço”, sabemos dar sentido aos fenômenos que não querem ter um sentido.

Essas pequenas mas essenciais aventuras errantes, sem muito propósito definido, reconciliam desejos; e sua materialização, por meio de uma experimentação grupal na qual os sentidos e os sentimentos tornam-se a fonte de comportamentos e idéias, cria laços ou conflitos, concordâncias ou discordâncias. Este fato foi aqui constatado por meio da exploração dos temas abordados como objetivo central desse artigo (a constituição dos novos aventureiros, relações de amizade e as relações com a natureza).

Finalizo concordando com Maffesoli (2001) sobre a presença de uma ambigüidade no ar, que pode ser notada tanto nos sincretismos (ideológicos ou religiosos) como nos comportamentos (masculino e feminino) e nas divertidas

mestiçagens políticas. Esse quadro reforça a intensidade e a impregnação do ambíguo, daquilo que está a caminho, ou melhor, “a meio caminho”, sem definição rigorosa nem posição fixa. Expressões de mudança em que a noção de fronteira como lugar de “contradições não mensuráveis” (Ferguson & Gupta: 2000) ou zona intersticial de deslocamento e desterritorialização – moldando a identidade de um sujeito hibridizado –, mostra-se interessante para compreender os movimentos sociais contemporâneos.

Referências bibliográficas

- BREASHERS, David. 2001. *Alto risco: uma paixão pelo Everest e por lugares radicais*. São Paulo: Manole.
- BRYSON, Bill. 1999. *Uma caminhada na floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRUHNS, Heloisa T. 2000. Esporte e natureza: o aprendizado da experimentação. In: SERRANO, Célia (Org.). *A educação pelas pedras*. São Paulo: Chronos.
- _____. 2002. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: BRUHNS, Heloisa T. & MARINHO, Alciane (Orgs.). *Turismo, lazer e natureza*. São Paulo: Manole.
- CICOUREL, Aaron. 1975. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zalar. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- DIEGUES, Antonio C. 1996. *O mito da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- FARIA, Marcelo Oliveira de. 2002. O mundo globalizado e a questão ambiental. In: NEIMAN, Zysman. *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole.
- _____. & GARCIA, Eliana Britto. 2002. Um sonho de trabalho para a construção de outro futuro. In: NEIMAN, Zysman. *Meio ambiente, educação e ecoturismo*. São Paulo: Manole.
- FERGUSON, James & GUPTA, Akhil. 2000. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papiurus.
- LAERMANS, Rudi. 1992. Leisure as ‘making time’: some sociological reflections on the paradoxical outcomes of individualization. In: *New routes for leisure*. CONGRESSO MUNDIAL DO LAZER. Lisboa, Atas... Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- LASCH, Scott; GIDDENS, Anthony & BECK, Ulrich. 1997. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Ed. UNESP.
- MAFFESOLI, Michel. 2001. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. São Paulo: Record.
- ORTEGA, Francisco. 2000. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- RODRIGUES, José Carlos. 1986. *Tabu do corpo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Dois Pontos.
- TUAN, Yi-Fu. 1983. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel.

Recebido em: 28/09/2004.

Aprovado em: 29/12/2004.